



**MPCE**

Ministério Público  
do Estado do Ceará



# **AMPID**

Associação Nacional do Ministério Público  
de Defesa dos Direitos dos Idosos e  
Pessoas com Deficiência



[www.ampid.org.br](http://www.ampid.org.br)

[ampidgrupo@yahoo.com.br](mailto:ampidgrupo@yahoo.com.br)

[www.facebook.com.br/AMPID.AMPID](https://www.facebook.com.br/AMPID.AMPID)



## **PAINEL: REGULARIZAÇÃO DOS FUNDOS SOCIAIS**



### **Painelista: Dr. Alexandre Alcântara**

Promotor de Justiça no MPCE | Especialista em Gerontologia - SBGG

Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais –UFF

Mestre em Filosofia -UFC | Mestre em Direito Constitucional- UNIFOR

05 de abril de 2023

## **ENCADEAMENTO ORGÂNICO DE CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

- ☐ **Os Órgãos do Executivo:** Formulam, coordenam políticas, serviços, benefícios e projetos;
- ☐ **Os Conselhos de Direitos:** Exercem o controle democrático das ações governamentais e são os gestores dos fundos;
- ☐ **As Conferências:** avaliam a execução das políticas e recomendam mudanças/novas pautas;
- ☐ **Os Fundos Especiais:** Alocam e liberam recursos para financiar programas e as ações relativas a criança e a pessoa idosa com vistas assegurar os seus direitos sociais;
- ☐ **As Entidades privadas/Organizações da sociedade Civil:** Executam concomitantemente com instituições estatais, os planos, políticas, serviços, benefícios, programas e projetos;
- ☐ **O Ministério Público/Tribunais de Contas:** Fiscalizam os gastos públicos.

## **FUNDOS ESPECIAIS SEMELHANTES (LEGISLAÇÕES)**

- ❑ Meio ambiente (artigo 73 da Lei nº 9.605/1998);
- ❑ Estatuto da criança e do adolescente (artigo 214 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990; criado pela Lei nº 8.242/91, regulamentada pelo Decreto nº 1.196/94).

Criam fundos independentes daquele previsto na Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 (**Lei da Ação Civil Pública**).



**MPCE**  
Ministério Público  
do Estado do Ceará

## **CONCEITO: LEI 4.320 DE 17 /03 / 1964, ARTIGO 71.**

- ☐ Universalidade de receitas vinculadas a despesas específicas;
- ☐ Descentralização;
- ☐ Controle externo do Tribunal de Contas e Ministério Público.
- ☐ Renúncia Fiscal por parte da União;
- ☐ Educação cidadã/tributária;



# CARACTERÍSTICAS

- ☐ Instituídos por meio de lei;
- ☐ Não possuem personalidade jurídica (União; Estados, DF e Municípios);
- ☐ Constituem receitas especificadas na lei de criação, daí sua autonomia financeira;
- ☐ Transferem para o exercício seguinte eventual saldo positivo apurado em sua movimentação financeira anual (*superávit financeiro*), a teor do:

art. 8º, § único, Lei de Responsabilidade Fiscal, “*Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso*”.

# FONTE DE RECURSOS

- ☐ Recursos advindos da dotação orçamentária do governo;
- ☐ Dotações provenientes das diferentes esferas de governo;
- ☐ Multas aplicadas nos termos previstos na Lei 10.741 de 01 de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso Título IV, Capítulo IV; Título V, Capítulo III, Art. 83 a 84 e Parágrafo; e Título VI;
- ☐ Recursos oriundos da aplicação dos recursos no mercado financeiro;
- ☐ Destinações de pessoas físicas ou jurídicas, dedutíveis do Imposto de Renda, nos termos da Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, alterada pela Lei nº 13.797, de 3 de janeiro de 2019, e da Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011;
- ☐ Outras formas de captação



## **DAS MODALIDADES DE DESTINAÇÃO**

A partir de 2020, passamos a ter **duas modalidades** de doação aos Fundos do Idoso (Nacional, Estaduais, Distrital ou Municipais) que geram **redução (benefício fiscal)** do IR.

- ☐ Destinações realizadas diretamente ao fundo;
- ☐ Destinações realizadas via ajuste anual do imposto de renda.

**A Pessoa Física** pode destinar **até 3% do imposto devido** para os **Fundos do Idoso** e até mais 3% para os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, diretamente pelo Programa Gerador de Declaração (PGD).

O limite para destinação feito pelas Pessoas Jurídicas passou a **ser de 1% para cada um dos fundos**, desde que sejam tributadas com base no **lucro real** e destinem no decorrer do ano-calendário.



## INSTITUIÇÃO, ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO FUNDO

Apesar de não haver estrutura única recomendável, certas funcionalidades são aplicáveis a todos os casos:

### ASPECTOS LEGAIS

- ✓ Lei de Criação do Fundo;
- ✓ Decreto de Regulamentação do Fundo;
- ✓ Inscrever o FUNDO no CNPJ (IN/RFB nº 1863/18  
Inscrição com CNPJ Próprio para fundo publico (IN RFB nº 1143/11);
- ✓ Deliberação do conselho definindo parâmetros de uso do FUNDO;

I

### ASPECTOS POLÍTICO-ADMINISTRATIVOS

- ✓ Definir o Gestor Ordenador de Despesas e o Gestor Financeiro;
- ✓ Subordinar o Fundo à Secretaria onde o conselho esta vinculado;
- ✓ Definir equipe do FUNDO

### ASPECTOS ORGANIZACIONAIS

- ✓ Constituir Unidade Orçamentária;
- ✓ Instituir Unidade Gestora;
- ✓ Realizar planejamento orçamentário e financeiro;
- ✓ Realizar programação financeira e fluxo de caixa;
- ✓ Realizar execução orçamentária e financeira e contábil
- ✓ Realizar monitoramento, avaliação e controle;
- ✓ Prestar Contas ao Conselho em relatórios de fácil compreensão;
- ✓ Prestar contas por meio do Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico-Financeiro do FUNDO



**MPCE**  
Ministério Público  
do Estado do Ceará

# **6. QUAIS OS PROBLEMAS APRESENTADOS PELO FMDPI DE FORTALEZA**

## LEGISLAÇÃO FEDERAL

- ❑ **LEI Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014** Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil (MROSC – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil)

## LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

- ❑ **LEI Nº 9865, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2011** - Altera dispositivos da lei nº 9.402, de 3 de junho de 2008, que cria o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, e dá outras providências.
- ❑ **LEI 10.106, DE 17 DE OUTUBRO DE 2013** - Institui o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Fortaleza, conforme especifica.
- ❑ **DECRETO Nº 13.546, DE 17 DE MARÇO DE 2015** - Regulamenta o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Fortaleza.
- ❑ **Resolução nº27/2019 CMDPI** (Normas para celebração de Termos de Fomento no âmbito do CMDPI e instituições privadas.



**MPCE**  
Ministério Público  
do Estado do Ceará

# QUADRO DEMONSTRATIVO COM AS INSTITUIÇÕES QUE RECEBERAM RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS DA PESSOA IDOSA ENTRE OS ANOS DE 2015 A 2021

REPASSES FINANCEIROS DO FMDPI PARA O NUPROCE								
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	TOTAL INDIVIDUAL
LAR TORRES DE MELO	R\$ 70.000,00	R\$ 2.798.178,11	R\$ 2.504.173,06	R\$ 5.037.180,37	R\$ 3.712.547,75	R\$ 4.438.916,09	R\$ 1.087.111,99	R\$ 19.648.107,37
<u>NUPROCE</u>	R\$ 71.000,00	R\$ 2.693.445,55	R\$ 2.655.519,65	R\$ 3.746.147,93	R\$ 4.279.559,38	R\$ 2.296.307,00	R\$ 1.433.106,00	R\$ 16.175.085,51
<u>A. A. S. CATARINA LABOURE</u>	R\$ 70.000,00			R\$ 20.000,00	R\$ 30.000,00			R\$ 120.000,00
A. R. C. S. VICENTE DE PAULO			R\$ 75.000,00	R\$ 87.500,00	R\$ 82.500,00	R\$ 89.103,28		R\$ 334.103,28
INST. D. A. C. FRANCISCO MOTA			R\$ 30.960,00	R\$ 18.120,00	R\$ 49.900,00			R\$ 98.980,00
ASSOCIAÇÃO CEARENSE PRO IDOSO				R\$ 20.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 55.016,00		R\$ 105.016,00
INSTITUTO MARIA DA HORA				R\$ 30.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 72.000,00		R\$ 122.000,00
INSTITUTO JOÃO DE DEUS				R\$ 25.000,00	R\$ 24.344,23			R\$ 49.344,23
<u>A. M. CONJ. NOVO MONDUBIM</u>				R\$ 10.250,20	R\$ 24.749,80			R\$ 35.000,00
L. E. A. C. B. C. H. SÍTIO CÔRREGO				R\$ 18.000,00	R\$ 32.000,00			R\$ 50.000,00
ASSOCIAÇÃO AMOR E VIDA				R\$ 30.000,00	R\$ 20.000,00			R\$ 50.000,00
<u>SANTA CASA DE MISERICORDIA</u>					R\$ 509.729,99	R\$ 905.593,84		R\$ 1.415.323,83
INSTITUTO SER AMADO						R\$ 520.676,72	R\$ 382.677,46	R\$ 903.354,18
<b>TOTAL CONJUNTO</b>								<b>R\$ 39.106.314,40</b>



**MPCE**  
Ministério Público  
do Estado do Ceará



# **6.1 QUESTIONAMENTOS COM FUNDAMENTO NA LEI Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014 (MROSC – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil)**



- ❑ INEXISTÊNCIA de site na web onde conste a prestação de contas da aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa relativo aos Programas e serviços destinados ao Núcleo de Produções Culturais e Esportivas (art.65 da Lei no 13.019/2014);
- ❑ INEXISTÊNCIA de Termo (s) de designação da Comissão de Monitoramento e Avaliação da parceria dos Projetos financiados com recursos do FMDPI destinados ao Núcleo de Produções Culturais e Esportivas; (ato publicado no DOM)
- ❑ INEXISTÊNCIA de Pareceres técnicos conclusivos de análise de prestação de contas final da parceria dos Projetos financiados com recursos do FMDPI destinados ao Núcleo de Produções Culturais e Esportivas (art.61, IV, da Lei no 13.019/2014);
- ❑ INEXISTÊNCIA de Relatórios de visita técnica *in loco* eventualmente realizada e relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação (art.63, da Lei no 13.019/2014;

Art. 8º Ao decidir sobre a celebração de parcerias previstas nesta Lei, o administrador público: [Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015](#)

I - considerará, obrigatoriamente, **a capacidade operacional da administração pública para celebrar a parceria**, cumprir as obrigações dela decorrentes e assumir as respectivas responsabilidades; [Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015](#)

II - avaliará as propostas de parceria com o rigor técnico necessário; [Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015](#)

III - designará gestores habilitados a controlar e fiscalizar a execução em tempo hábil e de modo eficaz; [Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015](#)

IV - apreciará as prestações de contas na forma e nos prazos determinados nesta Lei e na legislação específica. [Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015](#)

Parágrafo único. A administração pública adotará as medidas necessárias, tanto na capacitação de pessoal, quanto no provimento dos recursos materiais e tecnológicos necessários, para assegurar a capacidade técnica e operacional de que trata o caput deste artigo.



**MPCE**  
Ministério Público  
do Estado do Ceará

## **6.2 QUESTIONAMENTOS COM FUNDAMENTO NA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL**



**MPCE**  
Ministério Público  
do Estado do Ceará

1. A Coordenadoria de Idosos da Secretaria da Cidadania e Direitos Humanos **prestará contas mensalmente** ao Conselho Municipal do Idoso sobre o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, e dará vistas e prestará informações quando for solicitado pelo conselho. (art.4ª da LEI Nº 10.106/2013).

## 2. São atribuições do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Fortaleza (CMDPI), em relação ao Fundo: **DECRETO Nº 13.546, DE 17 DE MARÇO DE 2015**

....

- II - estabelecer os parâmetros técnicos e as diretrizes para aplicação dos recursos;
- III - acompanhar e avaliar a execução, o desempenho e os resultados financeiros;
- IV - deliberar sobre a aplicação dos recursos do Fundo;
- V - avaliar e aprovar os relatórios financeiros mensais e o balanço anual;
- VI - solicitar as informações necessárias ao acompanhamento, ao controle e à avaliação das atividades a cargo do Fundo;
- VII - mobilizar os diversos segmentos da sociedade no planejamento, execução e controle das ações;
- VIII - fiscalizar os programas desenvolvidos;
- IX - dar ampla publicidade, no município, de todas as resoluções do CMDPI relativas ao Fundo.



**MPCE**  
Ministério Público  
do Estado do Ceará

# **DESAFIOS 1**

**Exercer a fiscalização buscando  
parcerias institucionais - FT/MPCE  
e MPC**



## Fortaleza: MPCE investiga irregularidades na prestação de contas de recursos do Fundo Municipal do Idoso destinados a entidade sem fins lucrativos

2 de agosto de 2021



**MPCE**  
Ministério Público  
do Estado do Ceará

O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Idoso e da Pessoa com Deficiência, propôs Representação perante o Ministério Público de Contas (MPC), nessa sexta-feira (30/07), em face da Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS), Coordenadoria do Idoso (COID), Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI) e Núcleo de Produções Culturais e Artísticas (NUPROCE), que é uma entidade sem fins lucrativos. A representação do MPCE está fundamentada em supostas irregularidades na fiscalização, aplicação e prestação de contas de recursos do Fundo Municipal destinados ao NUPROCE.

Conforme apurado pelo MPCE, entre os anos de 2015 a 2021, foram firmados 16 instrumentos de parceria entre a SDHDS e o NUPROCE,

com recursos provenientes do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (FMDPI), com a interveniência do Conselho Municipal. Esses acordos aconteceram mediante prévia chamada pública, resultando no montante de R\$ 16.175.085,51 pagos ao Núcleo. Contudo, segundo o titular da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Idoso e da Pessoa com Deficiência, promotor de Justiça Alexandre Alcântara, o CMDPI não acompanhou a correta aplicação, execução, desempenho e resultados dos recursos destinados ao Núcleo de Produções Culturais e Esportivas. Além disso, a SDHDS e a Coordenadoria do Idoso não prestaram contas dos recursos utilizados do Fundo ao Conselho que tiveram o NUPROCE como favorecido.

No documento, é especificada a necessidade de instauração de tomada de contas especial, considerando a existência de elementos fáticos e jurídicos que indicam a omissão no dever de prestar contas e/ou dano ou indício de danos ao erário. O membro do MPCE ainda aborda que é dever da autoridade administrativa competente que tiver conhecimento do fato

## Fortaleza: Após ação do MPCE, Justiça suspende repasses do Fundo Municipal do Idoso ao Núcleo de Produções Culturais e Esportivas

14 de setembro de 2021



A 14ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza acatou pedido liminar em Ação Civil Pública (ACP) do Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), determinando a suspensão de todos os novos repasses do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Fortaleza ao Núcleo de Produções Culturais e Esportivas (NUPROCE) até que sejam enviadas as prestações de contas dos recursos destinados à instituição, bem como a indisponibilidade de bens da entidade e do seu presidente, Honorato Ayres Feitosa, uma vez que, nessa fase processual, vige o princípio *in dubio pro societate*.

Na decisão, ainda foi determinado que o Município de Fortaleza, através da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Defesa Social (SDHDS), proporcione o apoio

técnico-administrativo e financeiro necessário ao funcionamento do CMDPI – Fortaleza, devendo a SDHDS colocar à disposição do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, no prazo máximo de 30 dias, o mínimo dez servidores ou empregados, com habilitação técnica necessária para desenvolver a atribuição legal.

A ACP foi proposta em 06 de setembro de 2021, pela 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Idoso e da Pessoa com Deficiência e da 8ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Fortaleza, sendo assinada pelos promotores de Justiça Alexandre de Oliveira Alcântara e Marcus Vinicius de Oliveira, respectivamente. Alexandre Alcântara esclarece que a Ação Civil Pública é oriunda do Inquérito Civil Público nº 06.2020.00000068-5, em que foi apurado pelo MPCE que entre os anos de 2015 e 2021, foram firmados 16 instrumentos de parceria entre a Secretaria Municipal dos Direitos

## Audiência Pública sobre as atribuições do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Fortaleza



***Faça valer o poder do controle social!***

**Data: 12 de abril (terça-feira)**

**Hora: 14h**

**Acesso: Microsoft Teams e  
[youtube.com/MinisterioPublicoCE](https://www.youtube.com/MinisterioPublicoCE)**



**MPCE**  
Ministério Público  
do Estado do Ceará

**MPC**  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
TRIBUNAL DE CONTAS DO PARAGUAI DO CEARÁ



# DESAFIOS 2

**Construir Ações/Projetos que favoreçam a implementação e o regular funcionamento dos CONSELHOS DE DIREITOS E FUNDOS**

**Exemplos do MPCE**



- número de Conselhos Municipais dos Direitos do Idoso no Estado cresceu 94,7%, passando de 76 para **137**, no período entre agosto de 2018 e junho de 2019 e **148** em 2022
- número de cidades cearenses com leis que determinam a criação dos órgãos passou de 170, no início do projeto, para 175, em junho de 2019.
- número de municípios com **fundo do idoso** ativo também aumentou, passando de 21 para 29 em 2019 e **36** em 2022. (**14 receberam recursos**).

<http://www.mpce.mp.br/2019/06/10/atuacao-do-projeto-caminhos-para-o-envelhecimento-cidadao-quase-duplica-numero-de-conselhos-municipais-dos-direitos-do-idoso/>



**MPCE**  
Ministério Público  
do Estado do Ceará



**MPCE**  
Ministério Público  
do Estado do Ceará



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DO IDOSO - CE



Forum Cearense de  
Políticas para o Idoso

**Focepi**

*Espaço aberto para suas ideias!*



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ



**APRECE**  
Associação dos Promotores de Justiça do Ceará



Projeto  
Adesão  
**Solidária**  
CRCE



CEARÁ  
Comissão dos Direitos  
da Pessoa Idosa



TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO CEARÁ



**Receita Federal**



AMPID - Associação Nacional de  
Membros do Ministério Público de  
Defesa Dos Direitos dos Idosos e  
Pessoas com Deficiência



**ESMP**  
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO  
PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ



**CEAF**  
CENTRO DE ESTUDOS E  
APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL



## Módulo I do curso sobre aspectos gerais da lei que dispõe sobre parcerias e Administração Pública e Organizações da Sociedade Civil tem nova data e l

21 de setembro de 2021

**CURSO**

**MINISTÉRIO PÚBLICO E SOCIEDADE CIVIL:**  
**ASPECTOS GERAIS DA LEI Nº 13.019/2014**  
**MÓDULO 1 - AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL**  
**E A LEI Nº 13.019/2014**

**DATA:**  
22 a 24 de setembro de 2021

**HORÁRIO:**  
13h30 às 17h30

**CARGA HORÁRIA TOTAL:** 12 h/a

**NOVA DATA**

**Público-alvo:** participantes de entidades do Terceiro Setor, associações, organizações sociais, membros e servidores do MPCE.

**Inscrições:** [www.cursos.mpce.mp.br](http://www.cursos.mpce.mp.br)

**EVENTO HÍBRIDO:** Plataforma Microsoft Teams e Auditório da ESMP

**Realização:**  
MPCE - Ministério Público do Estado do Ceará  
CAODPP - Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público  
CEAF - Centro de Aperfeiçoamento Funcional

**Apoio:**  
ESMP - Escola Superior do Ministério Público  
QUITANDA - Soluções Criativas

O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE) meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público (CAODPP) e do Centro de Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), vai realizar curso "Ministério Público e sociedade civil: aspectos gerais da Lei nº 13.019/2014". A qualificação será dividida em três módulos, totalizando 44 horas. O primeiro módulo será realizado em nova data amanhã (22/09) a sexta-feira (24/09) – e em no Auditório da Escola Superior do Ministério Público (Rua Assunção, nº 1.200 – bairro José Bonifácio Fortaleza). Já o segundo módulo será realizado 19 e 22 de outubro e o terceiro e último módulo ocorrerá entre os dias 23 e 25 de novembro de 2021. As inscrições, já abertas para o primeiro

módulo, devem ser realizadas pela **Plataforma de Cursos do CEAF**.

Com apoio da Escola Superior do Ministério Público (ESMP) e da Quitanda das Artes, o curso será realizado, inicialmente, modalidade híbrida, contando, para o primeiro módulo, com 100 vagas presenciais e 100 vagas na modalidade virtual, com transmissão através da Plataforma Teams. Voltado para participantes de entidades do Terceiro Setor, associações, organi

## Módulo II do curso sobre parcerias entre Administração Pública e Organização da Sociedade Civil inicia nesta terça (19)

19 de outubro de 2021



**CURSO**

**MINISTÉRIO PÚBLICO E SOCIEDADE CIVIL:**  
**ASPECTOS GERAIS DA LEI Nº 13.019/2014**  
**MÓDULO 2: A LEI 13.019/2014 - IMPORTÂNCIA E DESAFIOS;**  
**PRESTAÇÃO DE CONTAS - ASPECTOS PRÁTICOS**

**DATA:**  
19 a 22 de outubro de 2021

**HORÁRIO:**  
**13h30 às 17h30**

**CARGA HORÁRIA TOTAL:** 16 h/a

**Público-alvo:** participantes de entidades do Terceiro Setor, associações, organizações sociais, membros e servidores do MPCE.

**Inscrições:** [www.cursos.mpce.mp.br](http://www.cursos.mpce.mp.br)

**EVENTO HÍBRIDO:** Plataforma Microsoft Teams e Auditório da ESMP

**Realização:**

-  **MPCE**  
Ministério Público do Estado do Ceará
-  **CAODPP**  
Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público
-  **CEAF**  
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

**Apoio:**

-  **ESMP**  
Escola Superior do Ministério Público do Estado do Ceará
-  **QUITANDA**  
Soluções Criativas

Inicia-se, nesta terça-feira (19/10), o módulo do curso “Ministério Público e Sociedade Civil: Aspectos Gerais da Lei nº 13.019/2014”. A capacitação, promovida pelo Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), por do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público (CAODPP) e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), concluiu, no dia 24 de setembro, seu primeiro módulo, que discutiu sobre “As Organizações da Sociedade Civil e a Lei nº 13.019/2014”.

O módulo II, que abordará a importância e os desafios da referida lei, além de apresentar aos participantes a correta elaboração de um projeto, com seu plano de trabalho, e a respectiva prestação de contas, ocorrerá

amanhã e 22 de outubro, das 13h30 às 17h30, na modalidade híbrida (Plataforma Microsoft Teams, para os que selecionaram a opção virtual, e presencialmente no auditório da Escola Superior do Ministério Público). As inscrições para este módulo, com carga horária de 16 horas/aula e 240 vagas disponíveis (200 na modalidade virtual e 40 na presencial), devem ser realizadas até a Plataforma de Cursos do CEAF.

## MPCE promove último módulo do curso sobre parcerias entre Administração Pública e Organizações da Sociedade Civil

25 de novembro de 2021

**CURSO**

**MINISTÉRIO PÚBLICO E SOCIEDADE CIVIL:  
ASPECTOS GERAIS DA LEI Nº 13.019/2014**

MÓDULO 3: IDENTIFICAÇÃO DA VOCAÇÃO E DO OBJETO DE UMA ORGANIZAÇÃO. USO DE MODELOS E CHECK-LISTS. AVALIAÇÃO DO IMPACTO. OFICINA DE ELABORAÇÃO DE PROJETO E AVALIAÇÃO DE IMPACTO

**DATA:**  
30 de novembro a  
3 de dezembro de 2021

**HORÁRIO:**  
**13h30 às 17h30**

**CARGA HORÁRIA TOTAL:** 16 h/a

**Público-alvo:** Aberto ao público

**LOCAL:** AUDITÓRIO DA ESMP  
(Rua Assunção, nº 1.200 - José Bonifácio, Fortaleza).

Inscrições: [www.cursos.mpce.mp.br](http://www.cursos.mpce.mp.br)

Realização:

Apoio:

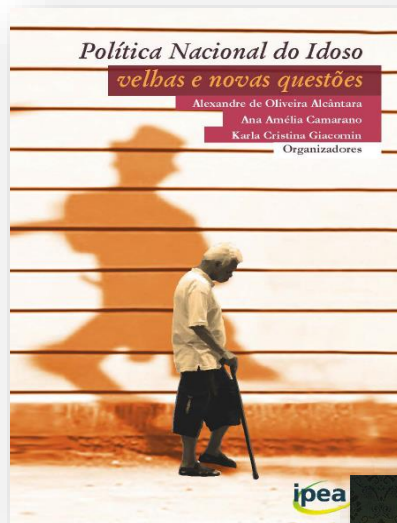
Inicia, na próxima terça-feira (30/11), o Módulo I do curso “Ministério Público e Sociedade Civil: aspectos gerais da Lei nº 13.019/2014”. A formação, promovida pelo Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), em parceria com o Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público (CAODPP) e do Centro de Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), ocorrerá entre os dias 30 de novembro e 03 de dezembro de 2021, das 13h30 às 17h30. **Diferente dos dois módulos anteriores, este último será realizado apenas em formato presencial, no Auditório da Escola Superior do Ministério Público (ESMP).**

Com apoio da ESMP e da Quitanda das Artes, a capacitação visa oferecer condições básicas para

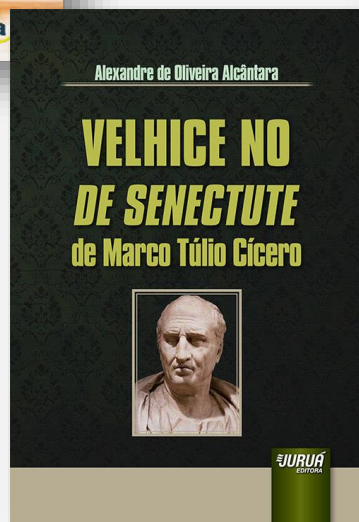
que os agentes de Organizações da Sociedade Civil (OSC) compreendam as etapas principais de uma parceria entre a Administração Pública e essas organizações, que obedece a, ainda pouco conhecida, Lei nº 13.019/2014. Nesse módulo, a carga horária total é de 16 horas/aula e serão abordados os seguintes temas: a identificação da vocação e do objeto de uma organização da sociedade civil; o uso de modelos e de *check-lists* e a avaliação de impacto. Além disso, será realizada uma oficina de elaboração de projeto de parceria, com base em editais de EDID e de averiguação desses impactos. As inscrições devem ser realizadas pela Plataforma de Curso



# 2016



# 2017



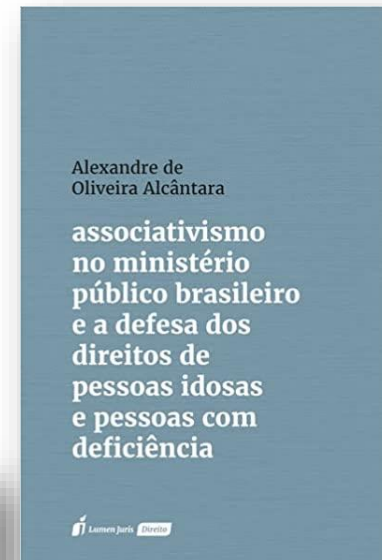
# 2019- 2021



# 2021



# 2023





# NEM TODA GARRA MACHUCA, A MINHA FAZ A DIFERENÇA.

Eu apoio a campanha  
**Declaração Solidária**  
do Ministério Público  
do Estado do Ceará e  
da Receita Federal  
do Brasil.

Destine parte do seu Imposto  
de Renda para projetos que  
atendem **crianças e adolescentes**  
ou **pessoas idosas**.

Realização:



Apoio:



Graduação em  
Publicidade e Propaganda  
Centro de Ciências da Comunicação e da Gestão

## Obrigado!

**ALEXANDRE  
DE OLIVEIRA ALCÂNTARA**

[alexandre.alcantara@mpce.mp.br](mailto:alexandre.alcantara@mpce.mp.br)  
[www.linkedin.com/in/alexandreoliveiraalcantara](http://www.linkedin.com/in/alexandreoliveiraalcantara)

